

Velocidade: 110 palavras por minuto

Sr. Presidente, Srs. Deputados, até agora, nesses cinco, seis meses que tenho a honra de conviver com V.Exas., tenho verificado que todos os debates são feitos em torno do mérito, do conteúdo dos projetos, das propostas que chegam à nossa Comissão.

Em virtude disso, quero pedir permissão aos meus colegas para fazer uma observação que considero importante. Essa legislatura está tendo a oportunidade de fazer todas as mudanças que podem conduzir o nosso País a um caminho de progresso, de desenvolvimento, de bem-estar da nossa população, da nossa sociedade.

Penso eu, pela minha vivência e experiência, que a reforma mais importante que vamos tratar nesta Casa, para atingir esses objetivos, é exatamente a proposta de reforma tributária. Entendo que, através de uma efetiva reforma tributária, vamos conseguir colocar o País no rumo certo do desenvolvimento. E o que estamos verificando é que o Governo, de certa forma, já esfriou o seu entusiasmo para promover a reforma tributária. Parece que o Governo quer apenas modificar alguma coisa no sistema tributário vigente, visando, única e exclusivamente, arrecadar mais. Não podemos deixar passar uma oportunidade de promover uma verdadeira reforma tributária.

Assim, temos que encontrar meios, temos que debater méritos, sim, e temos que encontrar soluções para que as propostas de reforma tributária que chegam a esta Comissão possam prosperar na Casa, porque é a

oportunidade que temos, nessa legislatura, para promover o verdadeiro desenvolvimento deste País.

Penso, também, que não devemos ficar, desde logo, discutindo detalhes de impostos que possam ser criados ou suprimidos.

Se quisermos realmente fazer uma reforma tributária, temos que ser realistas e práticos.

Em primeiro lugar, deveríamos nos fixar em objetivos. E, falando nisso, existem quatro pontos fundamentais: o primeiro deles é que qualquer reforma tributária que venha a ser discutida, para ser aprovada, tem que, em primeiro lugar, atender a esse princípio, qual seja: o de não diminuir absolutamente em nada a atual participação percentual dos Municípios e dos Estados no bolo tributário nacional.

Qualquer proposta que queira retirar percentual de participação atual dos Municípios e dos Estados, com toda certeza, não irá adiante. Esse tem que ser o primeiro objetivo. Não podemos, de alguma maneira, diminuir as receitas dos Municípios e dos Estados.

O segundo grande objetivo é aquele que vem a atender aos anseios da nossa sociedade, sem prejuízo, evidentemente, das necessidades do Estado. Temos que diminuir a quantidade de impostos existentes. Há imposto demais neste País. São cinqüenta e seis ou cinqüenta e oito impostos que precisam ser reduzidos para um máximo de cinco ou seis. Esse é um outro grande objetivo que devemos buscar.

O terceiro grande objetivo é encontrar impostos que substituam os atuais e que alcancem um universo maior de contribuintes, dentro de suas possibilidades, e que sejam justos. Aqueles que podem, que paguem mais; os que podem menos, que paguem

menos, mas que todos paguem impostos. O importante é que não haja a necessidade de fiscalização permanente para que esses impostos sejam recolhidos.

Ainda há um grande objetivo fundamental, para esse projeto de desenvolvimento do País, que é o de fazer com que os impostos não venham a incidir sobre o setor produtivo.

Sendo feito dessa forma e com esses objetivos, vamos ter a grande oportunidade de fazer uma reforma tributária, que vai levar o País ...